

# FOLCLORE, ANTROPOLOGIA OU CIÊNCIAS SOCIAIS: A AUTONOMIZAÇÃO DE UM CAMPO CIENTÍFICO NO RIO GRANDE DO NORTE

Carlos Guilherme Octaviano do Valle<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0001-5855-7774>

José Glebson Vieira<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-5546-1846>

## RESUMO

Pretendemos refletir sobre a institucionalização da Antropologia enquanto disciplina acadêmico-científica no estado do Rio Grande do Norte, partindo de um entendimento das redes sociais e instituições que atuaram de modo complexo, sobretudo, nas décadas de 1940 a 1970. Na época, houve intenso debate sobre o folclore brasileiro, cujos estudiosos estiveram em um contexto de disputas com pesquisadores com vinculação universitária, o que também nos leva a pensar o processo de institucionalização das universidades brasileiras, pautadas em diferenças e unidades disciplinares.

Palavras-chave: Folclore, Antropologia, Ciências Sociais, UFRN.

## FOLKLORE, ANTHROPOLOGY OR SOCIAL SCIENCES: THE AUTONOMIZING OF A SCIENTIFIC FIELD IN RIO GRANDE DO NORTE

## ABSTRACT

We intend to reflect on the institutionalization of Anthropology as an academic-scientific discipline in the state of Rio Grande do Norte, based on an understanding of social networks and institutions that acted in a complex way, especially from the 1940s to the 1970s. Throughout this period, there was an intense debate on Brazilian folklore, whose scholars were in a context of disputes with researchers with university ties, which also leads us to think about the institutionalization process of Brazilian universities, based on differences and disciplinary units.

Keywords: Folklore, Anthropology, Social Sciences, UFRN.

## FOLKLORE, ANTROPOLOGÍA O CIENCIAS SOCIALES: LA AUTONOMIZACIÓN UN CAMPO CIENTÍFICO EN RIO GRANDE DO NORTE

## RESUMEN

Se pretende reflexionar sobre la institucionalización de la Antropología como disciplina académico-científica en el estado de Rio Grande do Norte, a partir de una comprensión de las redes sociales e instituciones que actuaron de manera compleja, especialmente en las décadas de 1940 y 1970. En la época, hubo intenso debate sobre el folclore brasileño, cuyos académicos se encontraban en un contexto de disputas con investigadores vinculados a la universidad, lo que también nos lleva a pensar en el proceso de institucionalización de las universidades brasileñas, a partir de diferencias y unidades disciplinarias.

Palabras clave: Folclore, Antropología, Ciencias Sociales, UFRN.

---

<sup>1</sup> Professor Associado do Departamento de Antropologia (DAN) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Antropologia pela University College London. E-mail: [cgvale@gmail.com](mailto:cgvale@gmail.com).

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de Antropologia (DAN) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: [jglebson@gmail.com](mailto:jglebson@gmail.com).

No presente artigo, pretendemos refletir sobre a institucionalização da Antropologia enquanto área acadêmico-científica no estado do Rio Grande do Norte, partindo de um entendimento das redes sociais e instituições que atuaram ao longo, sobretudo, das décadas de 1940 a 1970. Durante todo esse período, tivemos, por um lado, um intenso debate sobre o folclore brasileiro, cujos estudiosos estiveram em um contexto de disputas com pesquisadores com vinculação universitária ou não, o que também nos leva a pensar o processo de institucionalização das universidades brasileiras, pautadas em diferenças e unidades disciplinares. Por outro lado, observamos estratégias bem curiosas de legitimação do saber e prática folclorista através mesmo da inserção de alguns dos protagonistas aqui analisados, em espaços universitários de produção científica, tal como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mais especificamente a partir do Instituto de Antropologia (IA daqui em diante). O que faz um autor como Luiz de Câmara Cascudo, conhecido nacionalmente por seus estudos culturais e folclóricos, ser um dos fundadores do IA, embora não tivesse vínculo formal com a instituição? Ao invés de se pensar que os estudos folcloristas estavam sendo substituídos por pesquisas antropológicas, seria mais consequente afirmar que é o folclore que possibilita, em um primeiro momento, a legitimação da antropologia por meio da figura de Luiz da Câmara Cascudo, cuja influência se atesta tanto por sua inserção em instituições no campo intelectual potiguar desde a década de 1930, bem como na criação do Instituto.

Não há ainda uma produção significativa que busque entender como se constituiu espaços acadêmicos/científicos no Rio Grande do Norte, ainda mais entender como se deu a autonomização da “Antropologia” enquanto área de estudo e pesquisa das “Ciências Sociais”, em si mesma. Trata-se de uma categoria que precisa ser levada em consideração a assinalar, em seu uso, uma iniciativa igualmente de autonomização de uma “área” disciplinar. Dois estudos acadêmicos foram defendidos, curiosamente na mesma época, embora em universidades distintas: Santos (2013), uma dissertação em Museologia e Patrimônio (UniRio), e Silva (2014), uma dissertação de mestrado em História (UFRN). Silva pergunta:

Por que um Instituto de Antropologia? O que levou esses estudiosos a se agruparem e instituírem um espaço dedicado à ciência no Rio Grande do Norte? Por que direcionaram, inicialmente, suas pesquisas na área da Antropologia e, como a partir desta, desenvolveram os estudos das ciências naturais? Existiu alguma demanda local atrelada às questões políticas, econômicas ou os interesses particulares se sobressairam? (2014, p. 14).

Parece-nos que as perguntas da autora devem ser problematizadas, afinal, ainda que seja muito importante saber “por que um Instituto de Antropologia”, acreditamos que seja pertinente saber, sobretudo, como isso se deu, quais processos sociais deram condições efetivas de possibilidade para

a criação do IA, além de entender que modo de fazer ciência estava em jogo antes e depois da criação da instituição. Nesse sentido, tentaremos compreender as dinâmicas de continuidade e disjunção ou descontinuidade que envolveram pessoas, redes sociais, instituições, saberes e práticas, em particular nas décadas de 1960 e 1970, embora seja preciso entender, em termos de uma historicidade mais longa, contextos anteriores às décadas selecionadas, bem como (em parte) os contextos posteriores, que, aliás, nos alcançam. Nesse sentido, parte do artigo recupera a formação do que se chamou movimento folclórico brasileiro (Vilhena, 1997), considerando os meandros em que as mobilizações em torno da “defesa do folclore brasileiro”, politicamente investida pelo Estado brasileiro, sobretudo a partir de 1950, se articulam (ou não) à emergência da Antropologia como uma disciplina científica autônoma. Contudo, se houve um projeto de autonomização disciplinar, parece-nos que ele foi reorientado e metamorfoseado em uma outra direção. Portanto, o artigo trata igualmente de um processo literalmente inverso: o do eclipsamento da especialização disciplinar em Antropologia a favor da convergência (inter)disciplinar das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), embora seja importante entender as disputas a favor do monopólio dos modos de se fazer compreender o “social”, de produzir saberes e formar quadros profissionais.

Para sustentar nossa argumentação, é preciso oferecer alguns registros históricos no tange à educação no Rio Grande do Norte, sobretudo, mas não exclusivamente, a de nível superior. No estado, seja no século XIX como na primeira metade do século XX, a formação educacional era numericamente restrita em termos institucionais e sociais. Respondendo muito mais às demandas das famílias e segmentos sociais dominantes potiguares<sup>3</sup>, a educação formal se fazia em poucos espaços, tais como o Colégio Atheneu Norte Rio Grandense, de nível secundário, criado em 1834, que teve alunos como Luiz da Câmara Cascudo, o presidente Café Filho e muitos outros políticos (deputados e governadores) do estado. O Atheneu era (e é) uma instituição pública estadual, a contrastar com as escolas particulares católicas locais de ensino básico, embora todas atendessem igualmente às famílias das elites potiguares. Por sua vez, a Escola Normal de Natal, criada em 1873, voltava-se à formação de quadros habilitados à escolarização básica (Nascimento, 2018). Em 1911, houve também a criação da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte (LERN)<sup>4</sup>, cujo projeto de *ethos* republicano incentivava a educação feminina, o que levou ao estabelecimento da Escola Doméstica de Natal (1914), pioneira na escolarização laica de mulheres (Rodrigues, 2007). Em síntese, podemos afirmar que, se não havia formação de ensino superior no estado até a década de 1940, quem quisesse

---

<sup>3</sup> Os segmentos sociais populares e das classes trabalhadoras não foram devidamente incluídos no processo histórico de criação de instituições educacionais do estado. Como exemplo desse entrave político, algumas iniciativas de religiosos católicos evidenciam mais a excepcionalidade do que a regularidade, tal como a iniciativa das chamadas Escolas dos Pobres, criadas pelo primeiro bispo de Caicó, Dom José de Medeiros Delgado, na região do Seridó, em 1943. Segundo Araújo (2009), essa iniciativa católica relacionava-se em paralelo às políticas governamentais de educação, estabelecidas a partir da criação do Departamento Nacional da Criança, em 1940.

<sup>4</sup> A Liga foi idealizada e estabelecida pelo político e educador Henrique Castriciano de Souza (Rodrigues, 2007).

continuar seus estudos deveria ir para cidades em outros estados e regiões como Rio de Janeiro, Recife, Salvador, etc.

É preciso destacar, porém, que estamos abordando um segmento singular de formação intelectual e científica, cuja ressonância tem seus respectivos limites e especificidades, se tomamos o histórico de instituições de ensino superior (IES) que foram criadas no Rio Grande do Norte. Ao contrário de outros estados, tais como Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, as primeiras instituições foram criadas a partir da década de 1940, excetuando a experiência de criação da Escola de Farmácia em 1923, de breve duração (fechada em 1926). Em Mossoró, a Faculdade de Ciências Econômicas foi criada em 1943, pois, segundo Meneghel et al (2006, p. 25), “havia, no município, comprometimento da elite intelectual com o desenvolvimento local, respaldado por forte apoio político”. Em Natal, as iniciativas caracterizavam-se por serem “escolas isoladas e dedicadas à formação de profissionais liberais”, sem ter pesquisa científica como meta ou foco, e todas subsidiadas pelo governo estadual: a Escola de Serviço Social (1945), a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1947), a Faculdade de Direito (1949), a Faculdade de Medicina (1955), a Escola de Engenharia (1957), a Faculdade de Filosofia de Natal (1955) e a Faculdade de Sociologia e Política (1963/1968), etc. (Meneghel et al, 2006, p. 25-26; Newton Jr. 2008). As duas últimas faculdades serão tratadas no artigo, inclusive devemos destacar que Câmara Cascudo foi professor da Faculdade de Filosofia. Com finalidade formativa, estas escolas e faculdades não tinham como finalidade pesquisa científica e acadêmica, mas respondiam às demandas dos grupos e famílias dominantes do estado, a fim de criar condições de implementação das forças econômicas e reprodução social, que se pautaram, a partir de 1950, por uma visão desenvolvimentista do país e do estado. Como veremos, isso refletiu, inclusive, a tendência de formar os restritos segmentos de elite social e também capacitar quadros para as instituições públicas em seus diferentes níveis (Meneghel et al, 2006)<sup>5</sup>, devendo-se, contudo, considerar a diferença das iniciativas nas principais cidades potiguares, Natal e Mossoró, cujas características assinalam processos societários historicamente específicos, embora cada vez mais articulados, sobretudo a partir da década de 1960.

Seguindo a proposta de Pierre Bourdieu, consideramos um campo como uma “rede, ou uma configuração, de relações objetivas entre posições” (Bourdieu; Wacquant, 1996, p. 97). Assim, seria imprescindível entender o “que as diferentes categorias de artistas e escritores de uma determinada época e sociedade deviam ser do ponto de vista do habitus socialmente constituído, para que lhes tivesse sido possível ocupar as posições que lhes eram oferecidas por um determinado estado do campo intelectual” (Bourdieu, 1987, p. 190). Do mesmo modo, podemos considerar,

---

<sup>5</sup> Segundo Meneghel et al, na década de 1960: “A escolha dos cursos que constituíram (a UFRN) revela a tendência adotada no país de privilegiar a formação para as elites e a preparação de quadros para a burocracia pública”.

sociologicamente, a formação de campos científicos (Bourdieu, 2003). A partir de sua perspectiva relacional, há sempre lutas e disputas em um campo social. Encontramos com mais frequência estudos que buscam entender a emergência e consolidação da Antropologia a partir da ideia de campo em Bourdieu (Castro Farias, 1993; Trajano F<sup>o</sup>; Ribeiro, 2004; Reesink; Campos, 2014), embora outros autores sigam por outra abordagem (Corrêa, 1987). No caso a ser analisado, estamos lidando também com a homologia entre campos, ou seja, o campo intelectual e científico que coexistem e mutuamente se complementam, no caso do Rio Grande do Norte, tendo em mente as categorias e objetos de visão, percepção e diferenciação, tais como o “folclore”, a “antropologia” e as “ciências sociais”. De algum modo, diversas instituições foram sendo estabelecidas historicamente em vista da produção de conhecimento intelectual, mas outras foram se diferenciando na produção de conhecimento científico. Além disso, caberia perguntar se a conformação de um campo científico implicou a consolidação igualmente de tensões internas entre agentes e instituições que se definem por meio da autonomização da Antropologia como ciência e/ou, por outra via, da autonomização de um projeto interdisciplinar das Ciências Sociais.

Assim, podemos afirmar que uma rede de relações e de distinção social articulou diversos intelectuais e figuras públicas potiguares, sobretudo políticos, que atuaram e/ou dialogavam entre si a partir de um conjunto específico de instituições de legitimação, prestígio e reprodução de capital cultural: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), fundado em 1902; a Academia Norte-riograndense de Letras (ALRN), estabelecida em 1936; a Sociedade Brasileira de Folclore (SBF), criada por Luiz da Câmara Cascudo, em 1941; a Comissão Norte-rio-grandense de Folclore, de 1948; e o Instituto de Antropologia (IA), criado em 1960. Essas instituições foram propostas e compostas por intelectuais e políticos potiguares que têm relação direta com a formação do campo intelectual local, seja por Câmara Cascudo e Henrique Castriciano, importante figura política que criou a LERN. Nesse sentido, ao invés de afirmar que havia apenas o contraste entre instituições intelectuais ditas tradicionais e as instituições de ensino superior, em especial as universitárias, de produção de conhecimento acadêmico-científico, talvez seja melhor considerar sua coexistência e articulação por meio de uma rede de posições sociais e de distinção/legitimação societária e cultural, que foram se recompondo a partir da emergência e autonomização de campos sociais específicos.

## OS CAMINHOS DO FOLCLORE

Trataremos agora do campo intelectual e das redes de relações e de distinção social no contexto potiguar, a fim de chegarmos a uma interpretação acerca da tradição intelectual e científica acumulada no RN antes da criação do Instituto de Antropologia, em 1960. Podemos dizer que o

campo intelectual e o emergente campo científico potiguar revelavam a presença constante de instituições consolidadas, tal como o IHGRN, cujos sócios estiveram à frente ou atuaram na criação de instituições de ensino superior voltadas à formação de quadros profissionais e pesquisa científica. Tanto que o IHGRN objetivava “coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos e as tradições, que lhe for possível obter, pertencentes à história, geografia, arqueologia e etnografia do estado” (Sales Neto, 2009, p. 50), o que nos parece uma ressignificação dos objetivos iniciais do instituto. Como mostramos, essas instituições reuniam a elite intelectual potiguar, e, em torno delas, circulavam diversos tipos de produção, dentre as quais, aquelas relacionadas ao folclore, no intenso e significativo diálogo com a literatura e com a história.

No cenário potiguar das décadas de 1940-50, a partir dos estudos e dos diversos e variados contatos e articulações regionais, nacionais e internacionais, mediados por Câmara Cascudo, o folclore tornou-se crucial no estabelecimento de uma agenda de pesquisa e de trabalho que visava deslindar aspectos da cultura e da sabedoria popular. Cascudo tinha um projeto intelectual que sinalizava o interesse em garantir uma formação qualificada num espaço plural, tal como a universidade, e pretendia promover a divulgação, preservação e catalogação do folclore, dando-lhe um lugar de destaque, seja nos cursos de sociologia, com a criação de uma cátedra de Etnografia-Folclore em todas as faculdades do país, seja nos programas de ensino primário e secundário (Cascudo, 1948). Seu projeto intelectual afinava-se às políticas estatais da cultura nas décadas de 1940/60, inclusive temos como evidência disso a publicação do Dicionário do Folclore Brasileiro, elaborado por Câmara Cascudo (1998 [1954]), por encomenda do Instituto Nacional do Livro.

Em tempos da criação da Comissão Nacional do Folclore (CNF, 1948), por decisão do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), e recomendação da UNESCO, Cascudo estava preocupado, em paralelo, de criar condições institucionais e científicas com a missão de tornar o folclore e a etnografia no Brasil acessíveis e conhecidos de um público mais amplo, e estimular a sistematização dos materiais recolhidos por pesquisadores do folclore. Para tanto, era necessário implementar uma série de mudanças nos modos em que os chamados folcloristas documentavam e descreviam o cotidiano. A condição de isolamento científico dos estudos do folclore requeria uma resposta urgente e indispensável; e uma das estratégias consistia em utilizar o folclore nas atividades e metodologias educativas, mostrando sua relevância como instrumento de ensino para os professores e seus estudantes.

Em 03 de maio de 1950, o Jornal “A Ordem”, em Natal (RN), publicou as “*Recomendações da Comissão Nacional de Folclore do IBECC*”, contendo sugestões quanto ao aproveitamento do Folclore no plano educacional<sup>6</sup>. As sugestões incluíram, em primeiro lugar, o reconhecimento da

---

<sup>6</sup> O documento IBECC seria encaminhado pela Delegação Brasileira à Assembleia Geral da UNESCO, que se reuniria em maio do mesmo ano, em Florença, na Itália. Sobre o IBECC, ver Abrantes & Azevedo (2010).

importância do folclore na educação, “como elemento didático, nos programas de recreação, com o intuito de estimular as manifestações essenciais do espírito nacional, que encerram as artes tradicionais do povo, e de evitar o seu desaparecimento, por se constituir como um dos patrimônios culturais da humanidade” (Folclore, 1950). E, em segundo lugar, a sugestão foi de recomendar aos Estados membros da UNESCO a organização de institutos nacionais de folclore, os quais seriam os encarregados de “encorajar os estudos e pesquisas das artes populares e de evitar a sua regressão, criando museus escolares, nos estabelecimentos de ensino, bem assim centros de documentação e permuta de trabalhos, discos, filmes, fotos etc.” (ibidem).

Cascudo concordava com os encaminhamentos dados à questão do folclore no contexto educacional e assinalava que era imprescindível dotar o campo de investigação do folclore de métodos coerentes de pesquisa e de classificação dos estudos através de um programa colaborativo. Propôs superar um regime de trabalho do pesquisador solitário, que seguia suas predileções individuais ou deduções, em detrimento da submissão à “contraprova experimental”, ao escrutínio da controvérsia, à livre discussão e ao exame das deduções finais. Ademais, asseverava a importância da colaboração em publicações como forma de garantir o diálogo entre pesquisadores e trabalhar com os conhecimentos acumulados, com as conclusões que os variados estudos chegaram, assim como as orientações de outros países para a compreensão mais sistemática das manifestações folclóricas. Além disso, Cascudo nutria expectativa para a criação de um Instituto que agrupasse os estudiosos de Etnografia e Folclore, tendo seções especiais e autônomas com processos de classificação e métodos comuns.

De fato, a importância e a urgência da pesquisa sobre a cultura e os costumes do Brasil, especialmente do Nordeste, além da necessidade de salvaguardar e preservar o folclore, podem ser traçadas por meio da correspondência trocada entre Mário de Andrade e Câmara Cascudo, como salienta Amoroso, como um “projeto de captar a particularidade identificadora da brasilidade” (2012, p. 178-179). Eles compartilhavam o interesse pela institucionalização da pesquisa das manifestações populares no Brasil. Para ambos, a etnografia e o folclore seriam “a melhor forma de garantir que a força de expressão poética popular se fizesse matéria primordial da produção literária modernista elaborada no eixo São Paulo-Natal” (Amoroso, 2012, p. 178). Contudo, segundo esta autora, Mário de Andrade estava investido de encargos administrativos e Cascudo manteve-se “cada vez maior distância dos institutos burocráticos e do ‘palavrório’” (Amoroso, 2012, p. 181). Essa diferença de vínculos tem efeitos diferentes na conformação de ambos em termos institucionais, tal como veremos na curta vinculação de Câmara Cascudo no Instituto de Antropologia da UFRN.

A posição de Cascudo quanto à institucionalização de práticas de pesquisas é marcada por movimentos que ora costumam sinalizar para a criação e consolidação de instituições, ora revelam uma certa inconstância de Cascudo em se dispor a trabalhar nelas. É preciso considerar que, movido

pelo interesse principal em sistematizar e dar maior valor as investigações no campo do folclore e da etnografia, Cascudo movimentou-se no sentido de lançar mão de uma variedade de arranjos possíveis no intuito de institucionalizar as pesquisas, a fim de que elas pudessem contribuir com a divulgação e sistematização das informações colhidas pelos pesquisadores através de publicações colaborativas em jornais e revistas.

Por outro lado, concorria um interesse igualmente importante no projeto de Cascudo que era o de mediar e, de alguma forma, superar a oposição suscitada por Edison Carneiro (1962), segundo a qual havia uma concepção de que o folclore era uma disciplina da literatura, da linguística ou da história, que o vinculava a uma ideia de passado, e uma outra, na qual se apostava na associação de esforços, criando condições para um tipo de labor intelectual diverso do que prevalecera antes. Carneiro (1962) assevera que as supostas técnicas de coleta, observadas por exemplo nas coletâneas de Sílvio Romero, “eram as mais primitivas”, não incluindo menção aos informantes, datas, circunstâncias, localidades dos fenômenos, dentre outros aspectos.

É em torno desse projeto que podemos localizar uma agenda na qual o folclore e a etnografia são cruciais, tanto na criação de espaços institucionais específicos, quanto na configuração de um campo científico. O projeto de Cascudo era o de que as atividades investigativas no campo do folclore fossem conduzidas por um trabalho colaborativo e articulado de pesquisadores/folcloristas e instituições, a fim de realizar o registro e salvaguarda cultural, e, por conseguinte, de possibilitar a permuta de informações e a unidade do estudo nacional.

De fato, um dos resultados pioneiros da mobilização intelectual em torno do folclore foi a criação da Sociedade Brasileira de Folclore (SBF), que ocorreu em Natal no ano de 1941, seguindo os moldes da paulistana Sociedade de Etnografia e Folclore (Moraes, 2017). Para Mário de Andrade, a SBF tinha uma constituição bastante simples e elástica, pretendia formar, junto a outras instituições similares organizadas em outros estados brasileiros, uma corrente destinada a “estimular e proteger as manifestações populares locais de cunho folclórico, bem como a realizar pesquisas de campo e estudos de ordem monográfica” (Andrade, 1998, p. 432; Moraes, 2010). Dentre os feitos da SBF, Mário de Andrade (1998, p. 432) assinala que, graças ao “movimento protetor” iniciado por Cascudo no Rio Grande do Norte e com o trabalho de pesquisas e coleta documental, as autoridades do estado dispensaram de quaisquer ônus os grupos populares que realizam festas anuais de Natal e Reis, carnaval, São João, etc., promovendo “um reflorescimento vivo dos bailados e cerimônias populares de fim de ano” (Andrade, 1998, p. 432).

A SBF continha uma aceção e proposta científica, reconhecida pelo próprio Cascudo (1944). Para ele, a SBF tinha como uma de suas missões divulgar sua metodologia, seu método de classificação e os processos de pesquisa, com destaque para a coleta do material etnográfico e da literatura oral, visando a salvaguarda, o estudo e a pesquisa do folclore nacional. Ele também

compreendia que a expansão dos estudos sobre folclore dependia tanto da existência de congêneres de SBF, quanto de articulações em outras instâncias, como os institutos de pesquisa, as sociedades, as federações e as faculdades e universidades<sup>7</sup>.

A SBF pode ser analisada como uma instância intelectual e uma instituição cultural produtora de saberes que objetivava a delimitação de uma área disciplinar – o folclore, por meio da formação de uma instituição intelectual (Sales Neto; Barros, 2018)<sup>8</sup>. Através de projetos políticos e culturais, os integrantes da referida instituição configuraram uma arena de agentes mediadores do saber folclórico, no qual se tornou relevante a divulgação de ações de coleta e sistematização, e de orientação de pesquisas e de estudos de natureza folclórica. Em uma dimensão antropológica, podemos dizer que a mediação seja uma prática de vinculação entre pessoas, instituições e mundos sociais diferenciados, que envolvem relações de poder e, em especial, os mediadores, agentes que estabelecem relações de vinculação, em diversos níveis sociais, a partir do entendimento ou apreensão que têm de diferentes universos de significação cultural (Valle, 2015)<sup>9</sup>. No caso das relações entre o que era visto e compreendido como “popular” e ou “folclórico” e aquilo que abarcava o “nacional” e o “brasileiro”, o estudioso do folclore alçava-se em uma posição privilegiada, além de legitimada. Em vista dessa posição, podemos considerar os folcloristas como *intelectuais mediadores* (Gomes; Hansen, 2016), uma vez que a atuação intelectual se direcionava para a produção de conhecimentos, disseminação de ideias e “a mediação entre tempos, espaços, grupos e círculos sociais distintos” (Sales Neto; Barros, 2018, p. 132, grifos nossos). Nesse campo intelectual, marcado fortemente por instituições que compunham espaços de práticas e sociabilidades e de legitimação, os folcloristas “mediavam suas relações de identidade profissional enquanto intelectuais preocupados com os dilemas culturais do país” (Sales Neto; Barros, 2018, p. 154).

---

<sup>7</sup> Após a criação da SBF, foram criados, em Natal, o Círculo Panamericano de Folclore, com o objetivo de promover “o intercâmbio e aproximação mais intensa entre os “cultores” do folclore continental do México à Argentina” (Cascudo, 1944), o Clube Internacional do Folclore, por Veríssimo de Melo (discípulo de Cascudo), e a Federação dos Folguedos Tradicionais do RN, que passou a organizar o Festival de Folclore (final dos anos de 1940 e nos anos de 1950), como evento de destaque nas comemorações anuais de aniversário da cidade de Natal, e que objetivava promover o resgate dos folguedos tradicionais da cidade. Para Cascudo (1944), a fundação da Sociedade de Folclore do Haiti e a publicação dos Anais da Sociedade de Folclore do México são resultados exitosos da atuação do Círculo Panamericano de Folclore. Segundo Veríssimo de Melo (1951), o Conselho Diretor do Clube Internacional do Folclore era composto Cascudo, Stith Thompson (EUA), Raffaele Corso (Itália), Vicente Garcia de Diego (Espanha), Augusto Cesar Pires de Lima (Portugal), Juan Alfonso Carrizo (Argentina) e Alfredo Métraux (França).

<sup>8</sup> Sales Neto e Barros (2018, p. 156) citam como membros da SBF: Artur Ramos, Franz Boas, Gustavo Barroso, Joaquim Ribeiro, José Leite de Vasconcelos, Leonardo Mota, Mário de Andrade, Raffaele Corso, Roger Bastide, Ramon Menendez Pidal, Stith Thompson e Renato Almeida (presidente da Comissão Nacional de Folclore).

<sup>9</sup> Segundo Valle: “... a mediação se concretiza exatamente por 1) ser uma relação singular, especial, que estabelece um vínculo ou canal entre níveis e mundos sociais distintos, envolvendo trocas e transações entre pessoas, redes, instituições e coletividades; 2) essa relação não deixa de ser uma relação de poder que se gera através de agenciamentos que não deixam de ser assimétricos – pois partem de uma diferença de autoridade, competência e conhecimento, aquele que media sabe e se autoriza pelo saber em mediar e pela possibilidade de mediar; 3) o mediador não ocupa uma posição definitiva em um campo social, mas cria e estabelece um nexo entre campos, níveis e redes particulares; 4) a mediação implica e opera somente através da articulação, muitas vezes tensionada, de universos de significação cultural cuja singularidade se mostra exatamente através da relação que se constitui entre pessoas, redes e grupos”. (Valle, 2015, p. 39).

Para além do IHGRN e da Academia Norte-rio-grandense de Letras, que abrigavam os estudos sobre folclore com a marca da literatura e da história, a busca pela sistematização e autonomização dos estudos folclóricos a partir de outros lugares institucionais possibilitou a configuração de espaços de mediação e de atuação de folcloristas e de outros intelectuais, tal como a SBF. Um dos intelectuais que integrou a SBF foi Veríssimo de Melo, “o capitão-mor do folclore local” (Silva, 2014, p. 63), que se formou em Direito pela Universidade de Recife, tal como Cascudo e Hélio Galvão, sugerindo a existência de um modelo de formação educacional e trajetória intelectual seguido pelos mestres do folclore na região (Cavignac; Oliveira, 2010)<sup>10</sup>.

A aproximação de Veríssimo às pesquisas folclóricas se deu nos anos de 1940: “Foi o velho Mestre Cascudo quem me envenenou. Ouvindo suas sábias lições, desde jovem, um dia ele me disse: ‘Veríssimo, você pode fazer um bom trabalho na área do folclore infantil’. Deu-me a bibliografia fundamental e me orientou.” (Barros, 2020, p. 166; Melo, 2018). Além de integrar a SBF como secretário geral, Veríssimo foi apresentado ao movimento folclórico brasileiro, sendo convidado por Renato Almeida, então secretário geral da CNF, para assumir a secretaria da Comissão no Rio Grande do Norte<sup>11</sup>. Veríssimo lamentou que um estado “onde há valores reais” não participe da CNFL [...] exclui o nosso querido Cascudo, nosso companheiro da Comissão, ao qual nunca pediu ‘nada no sentido regional’” (Vilhena, 1997, p. 100-101). Por indicação de Cascudo, Renato Almeida convida Manuel Rodrigues de Melo para ser seu secretário geral no Rio Grande do Norte e na carta convite reforça que “ele deveria trabalhar ‘em harmonia com Luís da Câmara Cascudo e a Sociedade Brasileira de Folclore” (Vilhena, 1997, p. 100-101). Desse modo, a comissão estadual de folclore, criada em abril de 1948, além de seu secretário Manuel Rodrigues de Melo, era composta por Veríssimo de Melo; Osvaldo Lamartine de Faria, escritor, bancário, oriundo de tradicional família de políticos e “etnógrafo” do sertão do Seridó<sup>12</sup>; Hélio Galvão, advogado, além de “historiador, antropólogo, sociólogo e jornalista”<sup>13</sup>; e Vingt-Un Rosado, agrônomo, também originado em família tradicional de políticos (Mossoró), interessado em fósseis, paleontologia e cultura popular<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> Cascudo e Veríssimo integravam a Academia Norte-rio-grandense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do RN. Veríssimo escrevia para o jornal Diário de Natal, na coluna “Arquivos de Folk-lore & Etnografia”, cujos artigos versavam sobre temas do folclore local e internacional.

<sup>11</sup> Como mostra Vilhena (1997), em julho de 1951, o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) do Ministério das Relações Exteriores resolveu reorganizar a Comissão Nacional de Folclore (CNFL), dado seu crescimento expressivo. A reorganização significou a criação de um Conselho Deliberativo composto pelo secretário geral, por sete delegados do Técnico-Consultivo e por todos os secretários gerais estaduais, estando esse conselho acima do Conselho Técnico-Consultivo, composto por um corpo de especialistas e representantes.

<sup>12</sup> Para um estudo denso sobre Osvaldo Lamartine, ver Castro (2015).

<sup>13</sup> Ver Souza (2014).

<sup>14</sup> Pertencente à tradicional família de políticos da cidade de Mossoró, Jerônimo Vingt-un Rosado Maia era um agrônomo com interesse também em fósseis e cultura popular. Criou a Coleção Mossoroense da Fundação Vingt-Un Rosado. Em termos do estado, a cidade de Mossoró mereceria uma discussão complementar em razão das iniciativas de configuração de um campo intelectual próprio, cujas preocupações também científicas orientavam-se através de um foco em arqueologia, paleontologia e antropologia cultural.

Toda essa descrição sobre a configuração do campo intelectual e institucional do folclore no Rio Grande do Norte pretendeu, de um lado, apontar as articulações políticas em torno do tema do folclore que mobilizou intelectuais, folcloristas e políticos locais e representou a ampliação dos espaços de atuação em instituições como a SBF e o Clube Internacional, criadas, respectivamente, por Cascudo e Veríssimo de Melo. Assim, havia esforços sistemáticos para ocupação de espaços de divulgação das manifestações folclóricas, por exemplo, nas publicações impressas, tal como os jornais e as revistas literárias, que ampliaram o interesse público pelo folclore, muito além da rede restrita de folcloristas e intelectuais mediadores potiguares. Mas isso era visto também por meio da educação formal, qual seja, quando os intelectuais passam a atuar como professores de folclore em faculdades de filosofia.

Parece-nos que a criação de espaços institucionais de formação de pessoal e pesquisa, tal como uma Universidade, seria uma iniciativa complementar ao que já se tinha realizado. Para tanto, a aposta era de que fosse despertado o interesse pelo folclore, por meio da formação de quadros de professores e pesquisadores. Em maio de 1948, sob a expectativa de constituir uma academia de cultura popular, acessível a todos, é criada a Universidade Popular, que tinha como principal característica o “processo de todos serem ao mesmo tempo professores e discípulos” (Cascudo, 1948)<sup>15</sup>. A Universidade, que funcionava na sede do Instituto Histórico e Geográfico, representou “um movimento intelectual capaz de suscitar nas elites natalenses a consciência do seu valor. E, inegavelmente, fermentou a ideia de Universidade que seria concretizada no final da década de 50” (Souza, 1984, p. 29 apud Araújo, 2018, p. 19)<sup>16</sup>. Como veremos, essa referência às elites não nos parece algo trivial, aleatória ou menor.

Em 1955, foi criada a Faculdade de Filosofia de Natal por iniciativa de uma organização da sociedade civil, a Associação de Professores do Rio Grande do Norte (Meneghel et al, 2006). Em 1963, a Faculdade foi incorporada à Fundação José Augusto (FJA), uma instituição cultural criada, no mesmo ano, pelo governo do estado potiguar (decreto-lei nº 2885). Como instituição governamental, a FJA (ainda existente) voltava-se ao fomento à cultura, mas, ao mesmo tempo, como instituição de ensino superior. Segundo as fontes, a Faculdade de Filosofia oferecia os cursos de história, geografia e letras neolatinas. Cascudo, Veríssimo de Melo e Hélio Galvão atuaram na década de 1950 na Faculdade de Filosofia, ministrando as disciplinas de Etnografia Geral (Cascudo), Etnologia do Brasil (Veríssimo de Melo), Etnografia do Brasil (Veríssimo de Melo) e Antropologia (Hélio Galvão). O espaço maior conferido à etnografia conectada ao folclore, através da atuação em cursos voltados à formação de pesquisadores e na publicação de textos em jornais e revistas

---

<sup>15</sup> Há registros de outras experiências com “Universidades Populares”, no Rio Grande do Norte, no ano de 1925: a Universidade popular de José Augusto (Natal), a Universidade Popular de Goianinha e a Universidade Popular de Touros.

<sup>16</sup> Na Universidade Popular, foram ministradas “18 (dezoito) aulas sob os mais variados assuntos, desde a ‘História da Literatura do Rio Grande do Norte’ (ministrada por Cascudo) até ‘A Batalha Anti-Malária’ (ministrada por Dr. Antônio Siqueira)”. LUDOVICUS – INSTITUTO CÂMARA CASCUDO. Cronologia. Disponível em <http://www.cascudo.org.br/biblioteca/vida/cronologia/>. Acesso em 30 de novembro de 2020.

especializadas, potencializou o investimento e o interesse de ambos na configuração de espaços institucionais que possibilitassem o treinamento especialmente metodológico para a realização de investigações sistemáticas e rigorosas sobre a vida cultural, as manifestações culturais e populares. Durante os cursos ministrados nas faculdades e em outras instituições de ensino e pesquisa, eram trabalhadas e ensinadas técnicas para o registro e documentação de manifestações culturais, como danças, festas, cerimônias, com o objetivo de descrever a formação cultural do povo.

Além disso, a experiência interdisciplinar na Universidade Popular e os trânsitos de Cascudo e Veríssimo de Melo em instituições nacionais e internacionais, que tinham uma expertise na formação acadêmica e na prática museológica, como o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Museu Paraense Goeldi de Belém, foram importantes para se buscar uma autonomização dos estudos de Antropologia, então significando e se identificando, sobretudo, com a etnografia e o folclore. Estamos considerando, então, um modo de entendimento singular de se pensar e fazer Antropologia, talvez diferente do qual passamos a pensar e fazer atualmente, qual seja, a partir de um determinado contexto histórico de autonomização (nacional) da área, do qual falaremos mais adiante no artigo.

É importante salientar também que o envolvimento com os museus foi importante na configuração desse campo de atuação intelectual folclorista e etnográfico. Como afirma Silva (2013), Cascudo foi diretor do Museu e Arquivo Público do Estado, criado em 1949. Veríssimo de Melo fundou um Museu Etnográfico<sup>17</sup> na Faculdade de Filosofia de Natal, só que a instalação nunca foi, de fato, efetivada (Silva, 2014). Na descrição de Veríssimo sobre o referido Museu, Silva (2014) identificou a transposição do mesmo conceito depois para o futuro Instituto de Antropologia: “divido em três seções – índio, negro e outras etnias” (Silva, 2014, p. 64), e também no fato de enxergá-lo como um instrumento didático, uma vez que “diante de uma peça etnográfica, o aluno teria a ‘visão completa do material estudado, não se restringindo apenas à simples descrição verbal ou fotografias de livros’” (Silva, 2014, p. 64).

#### INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA - 1960/1973-74:

A década de 1930 é vista como o período no qual foram criadas as primeiras universidades brasileiras como espaços institucionais de produção de conhecimento científico. Antes, havia faculdades e instituições de ensino superior, mas sem o mesmo caráter articulador institucional entre unidades acadêmicas diferentes de várias áreas de conhecimento científico, que passou a ser encontrado no caso das universidades paulatinamente a partir da década de 1930. Reconhecendo a diversidade regional brasileira, o estabelecimento de Universidades nos diferentes estados do país

---

<sup>17</sup> O Museu Etnográfico foi inspirado no Museu de Etnografia da Universidade de São Paulo, fundado em 1935 por Plínio Ayrosa (Silva, 2014).

respondeu a processos político-administrativos empreendidos tanto na esfera federal como estadual, o que aponta para configurações específicas de acordo com as arenas públicas e sociais locais<sup>18</sup>. Foi isso que se deu quando o governo estadual potiguar, durante a gestão de Dinarte Mariz (1956-1961), criou a Universidade do Rio Grande do Norte, em 1958, inclusive por forte empenho de Luiz da Câmara Cascudo, que fez “memorável discurso” inaugural sobre “Universidade e Civilização” (Newton Jr, 2008; Silva, 2014). Enquanto os cursos já existentes das faculdades isoladas continuavam a funcionar, levou dois anos para a universidade se federalizar e passar a ser conhecida, então, como UFRN. Nesse ínterim, Cascudo se mobilizou, segundo Silva (2014), para que fosse criado o primeiro centro de pesquisa da UFRN, o Instituto de Antropologia, estabelecido em 1960, a partir do incentivo do folclorista, do odontólogo José Nunes Cabral de Carvalho, do religioso Dom Nivaldo Monte, membro do IHGRN, que também fundou a Escola de Serviço Social, além, finalmente, de outro importante folclorista potiguar, Veríssimo de Melo, também membro do IHGRN. Como podemos ver, três membros da prestigiada instituição histórica e cultural potiguar. Tendo Câmara Cascudo como seu primeiro diretor, a proposta do IA foi prontamente bem recebida pelo reitor fundador da universidade, Onofre Lopes da Silva, médico e professor da antiga Faculdade de Medicina.

O Instituto de Antropologia da UFRN tinha a proposta de dar verdadeiro estatuto científico às pesquisas que poderiam ser tomadas como mero registro do folclore potiguar. Por um lado, a coexistência de diferentes áreas de conhecimento no mesmo instituto (paleontologia, antropologia física, etc), o que avizinhava áreas que podiam ser vistas como antípodas. É verdade que a história da Antropologia como disciplina científica, em alguns momentos, se aproximou da abordagem de ciências naturais como a biologia, em especial aquelas que se apoiavam fortemente em pesquisa empírica “de campo” (Kuklick, 1997). De algum modo, houve uma redefinição dos focos de pesquisa a partir da criação de unidades acadêmicas como o IA da UFRN que, todavia, foi igualmente sendo revista em termos institucionais, em dez anos, desde sua criação até sua redefinição como Museu Câmara Cascudo, em 1973. Essa aludida redefinição nos parece associada ao contraste que se tornou evidente entre o campo intelectual, historicamente configurado ao longo de todas as primeiras décadas do século XX, e o campo científico emergente no estado do Rio Grande do Norte, em que as especializações das áreas científicas exigiam um modelo de formação educacional que não era conhecido no campo intelectual potiguar, pautado muito mais em um trabalho individual, respaldado em prestígio cultural e distinção social a partir de instituições como o IHGRN.

Mais associados à antropologia cultural e às pesquisas etnográficas, Cascudo e Veríssimo de Melo eram os dois advogados formados pela Faculdade de Direito do Recife, enquanto José Nunes

---

<sup>18</sup> Como diz Newton Jr. (2008, p. 22), a criação das universidades no Brasil foi bem tardia em relação a outros contextos latino americanos. Por exemplo, houve antes a criação da Universidade de Recife (1946), a Universidade do Ceará (1954), a Universidade da Paraíba (1955).

de Carvalho era odontólogo, interessado em antropologia física. No caso de Dom Nivaldo Monte, seus interesses voltavam-se à genética e à botânica. Nesse sentido, caberia a seguinte pergunta: como conciliar interesses e focos de pesquisa tão variados em um mesmo instituto, a princípio especializado?

O Instituto de Antropologia funcionou durante quatorze anos, até 1974, quando se tornou de vez o Museu Câmara Cascudo (MCC), homenageando a principal figura intelectual do estado, também fundador do IA – falaremos do museu ao final deste artigo. Salientamos, porém, que tanto Cascudo como também Dom Nivaldo Monte tiveram atuação bem limitada e temporária no instituto, sobretudo sendo figuras de renome e significação social para legitimar a criação do IA. De 1960 a 1962, foi um período inicial de discussão da proposta inicial, caracterizando-se por poucas atividades e falta de direcionamento prático de uma instituição já regularizada, mas “sem sair do papel”. E quando sai, mudanças significativas acontecem.

A participação de Cascudo e Veríssimo de Melo na criação do Instituto de Antropologia, juntamente com José Nunes Cabral, permite avançar na compreensão de um processo de autonomização muito particular da antropologia no Rio Grande do Norte, que foi, digamos, truncado e tomou caminhos inesperados. Nessa direção, precisamos considerar que as práticas padronizadas de pesquisa e de divulgação dos conhecimentos produzidos são afetadas de algum modo pelas concepções sobre as disciplinas específicas, no caso, o folclore e a antropologia, acerca dos seus problemas e métodos e das questões que mobilizam os pesquisadores. Como acompanhamos até aqui, foi se desenvolvendo uma significativa articulação de ensino e pesquisa, envolvendo o tema do folclore, da formação de pesquisadores com experiência prática e cursos interdisciplinares. Contudo, as iniciativas que afloraram durante a década de 1940 e 1950 parecem ter seguido por uma direção oposta ao esperado quando, após a saída de Câmara Cascudo, o projeto folclorista e etnográfico de Veríssimo de Melo não alçou expansão significativa, excetuando sua própria produção intelectual (Melo, 1973; Assunção, 2006).

Podemos dizer que as pesquisas etnográficas de Câmara Cascudo não se “encaixavam” como objetos científicos, tal qual as expectativas geradas pelas pesquisas de José Nunes Cabral, nem elas conseguiam responder às questões do “desenvolvimento regional”, que constituía de algum modo um dos propósitos do IA. Talvez isso tenha a ver com a institucionalização do ensino superior por meio da UFRN, pois Cascudo se, de início, apoiou seu projeto de criação, depois ele se distancia pelo simples fato, inclusive, de não ter, nem precisar de uma vinculação formal empregatícia com a instituição. Contudo, Cascudo vinha já há bastante tempo publicando trabalhos e pesquisas etnográficas (2012a [1957]; 2012b [1959]; Cavignac; Oliveira, 2010); aqui frisamos o termo em razão dos sentidos diferenciados que podem ter em períodos e espaços institucionais diferentes, quais sejam, as décadas de 1940-1950 e depois na década de 1960, quando o IA passou a funcionar até

1973/74. Como outros autores que atuavam seja no IHGRN, seja na Comissão Estadual do folclore (RN), Cascudo e seus colegas procuravam dar caráter “etnográfico” aos seus estudos e pesquisas. Tudo isso contribuiu para dar suporte às demandas por uma formação científica *tout court*, o que se tornará possível na criação do Instituto de Antropologia em 1960.

Talvez isso tenha a ver também com a consolidação institucional da UFRN, pois Cascudo se, de início, apoiou o projeto de criação do IA, pouco tempo depois ele se distancia, inclusive, por não ter vinculação formal empregatícia com a instituição. Segundo Silva (2014), Câmara Cascudo entrou em conflito com José Nunes Cabral de Carvalho. De fato, sua já consagrada atuação profissional e posição social lhe permitia autonomia em relação à UFRN. Seu reconhecimento histórico como intelectual já lhe era assegurado nacionalmente desde a década de 1930 e 1940. Segundo os relatos, pessoais e acadêmicos, Cascudo teria dito para Veríssimo de Melo e Carvalho: “Eu não posso acompanhar o ritmo de trabalho de vocês. Enquanto eu caminho de carro de boi, vocês voam de avião a jato” (Silva, 2014, p. 59; Melo, 2018). Folclore ou não, o caso parece indicar dificuldade de trabalho coletivo em uma instituição formal e burocrática, cujo objetivo mais destacado era produção científica *avant la lettre*.

Apesar de sua formação como odontólogo<sup>19</sup>, José Nunes Cabral de Carvalho tinha interesse em anatomia e antropologia física. Trabalhou como professor na UFF até 1958, quando voltou a Natal, e passou a lecionar na Faculdade de Odontologia da cidade. Com a incorporação da Faculdade pela UFRN, Nunes Cabral consegue ser removido para o IA com total apoio do reitor. Esse processo deve ter sido questionado por Cascudo, que, logo em seguida, deixa de atuar no instituto, e quem fica em seu lugar é José Nunes Cabral de Carvalho, que investiu em uma orientação antropológica anátomo-fisicalista para o órgão, totalmente diferente do que foi proposto ao IA na abordagem Cascudiana. Assim, passou-se a destacar a temática da evolução biológica dos seres vivos e a evolução biológica e racial humana, inclusive com forte preocupação com métodos de craniometria. Junto de Cabral, houve a incorporação de um jovem potiguar com interesse autodidata em paleontologia e geologia, Antonio Campos, de 20 anos, indicado por Vingt-un Rosado, igualmente autodidata em paleontologia e “ciência dos fósseis”. Aos dois, é preciso acrescentar um terceiro pesquisador do IA, responsável pelo setor de malacologia, Protásio de Melo, irmão de Veríssimo de Melo e também autodidata em biologia e malacologia. Ao pensarmos as trajetórias de todos os primeiros participantes do IA, inclusive aqueles com vinculação formal, fica evidente a formação limitada que tinham, caracteristicamente autodidata.

---

<sup>19</sup> Nascido em 1913, no interior do Rio Grande do Norte, sua trajetória de vida difere dos demais participantes, pois passou grande parte da vida distante do estado, vivendo no Rio de Janeiro. Não fazia parte da rede de intelectuais ligados ao IHG-RN, nem era membro da Academia de Letras potiguar.

Além disso, os trabalhos existentes sobre o IA (Silva, 2014) acabam por privilegiar sua criação e consolidação a partir notadamente da ideia de que o contexto social e econômico do Rio Grande do Norte, mas, em geral, o próprio Brasil, da década de 1950, requeria mais pesquisa científica em prol do desenvolvimento (nacional/regional/local). Se essa afirmação não deixa de ser válida, como veremos, os trabalhos não abordam a conformação histórica de um campo intelectual em que o folclore era também foco de produção de conhecimento, em especial a partir do IHGRN e ainda dos circuitos ligados à comissão estadual de folclore, criada em 1948. Nas décadas de 1940 e 1950, já havia preocupação no que tange ao desenvolvimento regional e/ou do estado, o que pode ser exemplificado pelo interesse na produção mineral (scheelita e berilo), que desde os anos de 1940 se destacava na região de Currais Novos/RN, no Seridó potiguar, aproximando a geologia e a paleontologia como saberes científicos vizinhos, o que explica, de algum modo, a entrada de um paleontólogo autodidata, mas não a contratação de um etnógrafo.

#### CONCLUSÕES: PARA A DÉCADA DE 1970 E ALÉM

A Universidade do Rio Grande do Norte foi a primeira instituição de ensino superior a ter uma unidade acadêmica voltada à área disciplinar da Antropologia no estado, embora, antes dela, algumas faculdades tivessem focado ou abordado temas e assuntos antropológicos. Podemos pensar no caso da Faculdade de Filosofia, sobretudo, onde Câmara Cascudo e Veríssimo de Melo foram professores de etnografia geral para o curso de graduação em geografia, tal como foi discutido antes. Contudo, devemos ressaltar que o IA era implementado em um contexto social e uma instituição de ensino superior sem qualquer curso de graduação na área, nem de Estudos Sociais ou Ciências Sociais. Do mesmo modo, o IA não pretendia ofertar um curso de graduação em Antropologia e se confrontava com a falta de pessoal qualificado para compor seus quadros de pessoal especializado na área. Os poucos intelectuais – Cascudo, Veríssimo de Melo e Dom Nivaldo Monte – e cientistas – José Nunes Cabral de Carvalho – que estiveram à frente de sua criação eram, eles mesmos, exemplos de formação autodidata, sem a intenção aqui de qualificar sua produção intelectual e científica, que, no caso de Câmara Cascudo, é inquestionável, densa e complexa, aliás contrastante com todos os outros. Podemos, assim, tirar algumas considerações da história breve do IA.

É importante compreender, primeiro, a mobilização local dos folcloristas potiguares e as estratégias acionadas por eles para a legitimação do trabalho e pesquisa com o folclore sob a ótica da configuração de um campo intelectual. Esse campo se mostrou fecundo, notadamente no aspecto mais relevante da proposta de Câmara Cascudo, que consistia na produção de conhecimentos sobre o folclore por meio de um trabalho meticuloso de coleta, catalogação e classificação e divulgação para um público especializado, formado por intelectuais e por pessoas de ciência que frequentavam

diversas atividades em faculdades, colégios, fundações e instituições, como IHGRN, a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras (ALRN), etc. Tratava-se de um número restrito de intelectuais e profissionais, sobretudo do Direito, voltados à produção e ao consumo de conhecimento sobre o folclore, definido progressivamente a partir da etnografia e de uma antropologia, que dialogava com uma abordagem tanto histórica como literária, tendo em vista as instituições legitimadas em que a maioria se introduzia, participava e passava, em um certo momento, a também produzir intelectualmente. Durante as décadas de 1940 e até mesmo 1970, a figura fulcral foi Luiz de Câmara Cascudo, cuja centralidade, em tantos aspectos, é aparente em termos textuais quando se refere à pessoa responsável pela introdução ao folclore. Vale dizer que a maioria dos componentes das instituições abordadas se conhecia dos estudos desde o Colégio Atheneu Norte-rio-grandense, de nível secundário, inclusive tendo Cascudo como professor da instituição de ensino. Mesmo ao se afastar voluntariamente das atividades do Instituto de Antropologia da UFRN, Cascudo continuou a ser uma figura consagrada, inclusive pela redefinição e renomeação do Instituto como Museu Câmara Cascudo, em 1973/1974. Em relação ao campo intelectual *per se*, estes intelectuais compunham uma rede societária comum, notavelmente caracterizando-se como um universo majoritariamente de gênero masculino, originado em famílias e segmentos da elite potiguar, seja política, econômica e culturalmente. O fator geracional deve ser aludido também, todos tendo nascido entre 1898, sendo Cascudo o mais velho, e o início da década de 1920, sendo Veríssimo de Melo o mais novo<sup>20</sup>. Ao contrário dos folcloristas, é preciso notar que todos os participantes do IA voltados à ciência (antropologia física, paleontologia, malacologia) não tinham qualquer vínculo com as instituições tradicionais de produção de conhecimento intelectual. Outro ponto importante a se destacar é a ausência marcante de mulheres ao se abordar os contextos pesquisados, refletindo o modo de se fazer folclore e antropologia (etnografia) nas décadas de 1940 e 1950. De algum modo, isso viria a mudar a partir da década de 1960, com as atividades do IA, quando as primeiras mulheres começam a se formar e ter uma posição institucional, tal como Elizabeth Mafra Cabral Nasser.

Entre 1973 e 1974, com a reforma universitária sendo regulamentada, o Instituto de Antropologia foi redefinido em termos institucionais como museu, vinculado à uma IES (tal como o era o Museu Nacional com a UFRJ). Também foi renomeado como Museu Câmara Cascudo (MCC), como um modo de homenagear o folclorista, digamos, mais conhecido que a própria Antropologia como disciplina científica no estado, mas também foi uma boa estratégia a fim de evitar o completo fechamento do instituto, seus laboratórios e a dispersão de suas coleções. Fechar o Instituto de Antropologia era mais viável do que acabar com o Museu identificado com nome tão ilustre, pois Cascudo, segundo Newton Jr, colaborou “para tudo o que significasse cultura no Rio Grande do

---

<sup>20</sup> Cascudo (1898-1986) Hélio Galvão (1916-1981); Dom Nivaldo Monte (1918-2006); Oswaldo Lamartine de Faria (1919-2007); Veríssimo de Melo (1921-1996).

Norte, estado que ainda hoje nutre certo sentimento de orfandade em relação à maior personalidade cultural de toda a sua história” (2008, p. 20). Por conta da redefinição do IA como museu, abria-se também condições para se circunscrever e autonomizar a formação e a pesquisa em “Ciências Sociais” por meio do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA) e do Departamento de Ciências Sociais (DCS), diferenciando-se unidades acadêmico-científicas, uma delas voltada à pesquisa/extensão (o MCC) e outra ao ensino/pesquisa (o DCS). Criava-se igualmente uma arena de disputas e conflitos entre professores ligados às diferentes áreas das Ciências Sociais, sua pluralidade interna sendo pacificada pela unidade adjetivada como “social”.

## REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Antonio C.S. de; AZEVEDO, Nara. O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e a institucionalização da ciência, 1946-1966. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, vol. 5, n. 2, p. 469-489, 2010.
- ALBUQUERQUE JR. Durval M. de. *A feira dos mitos. A fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste, 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013.
- AMOROSO, Marta. Os sentidos da etnografia em Câmara Cascudo e Mário de Andrade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 54, p. 177-181, 2012.
- ANDRADE, Mário de. Folclore. In: MORAIS, Rubens B. de; BERRIEN, William (Orgs.). *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 421-443.
- ARAÚJO, H. H. DE. A hora imortal da Universidade. *Revista Extensão & Sociedade*, Natal, Edição Especial, p. 17-23, jun. 2018.
- ARAÚJO, Marta M. de. A criança [pobre] em escola católica na cidade paroquial de Jardim do Seridó Rio Grande do Norte, 1943-1951. *Educação e Filosofia*, vol. 23, n. 46, p. 19-36, 2009.
- ASSUNÇÃO, Luiz. Reminiscências de uma Antropologia: lembranças do Mestre Veríssimo de Melo. In: ECKERT, Cornélia; GODOI, Emília P. de. (Orgs.). *Homenagens. Associação Brasileira de Antropologia, 50 anos*. Blumenau: Nova Letra Editora/Associação Brasileira de Antropologia, 2006.
- ASSUNÇÃO, Luiz. Uma antropologia traçada pela paixão. *Vivência, Revista de Antropologia*, n. 51, pg. 239-263, Natal: PPGAS/UFRN, 2018.
- BARROS, E. W. S. Memória em movimento: um ensaio biográfico sobre Veríssimo de Melo (1940-1949). In: MORAES, Kleiton Sousa de. (Org.). *Intelectuais, usos do passado e ensino de história*. Sobral: Sertão Cult, 2020, v. 7, p. 159-175.
- BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe”. In: \_\_\_\_\_. *A Economia das Trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Lóic J.D. *An Invitation to Reflexive Sociology*. Cambridge: Polity. 1996.
- CARNEIRO, Édison. Evolução dos estudos de folclore no Brasil. *Revista Brasileira de Folclore*. Rio de Janeiro, n. 3, vol. 8, p. 47-62. 1962.
- CASCUDO, Luís da Câmara. Colheita e sistemática do folclore brasileiro. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 1 jun. 1944, p. 4
- CASCUDO, Luís da Câmara. O folclore nos colégios. *Diário de Natal*, Acta Diurna, 30 abr. 1948, p. 2.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998 [1954].

- CASCUDO, Luís da Câmara. *Jangada, uma pesquisa etnográfica*. São Paulo: Global, 2012a [1957].
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Rede de dormir, uma pesquisa etnográfica*. São Paulo: Global, 2012b [1959].
- CASTRO, Marize Lima de. *Areia sob os pés da alma. Uma leitura da vida e obra de Oswaldo Lamartine de Faria*. Natal, 2015. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem/UFRN. 2015.
- CASTRO FARIA, Luis. *Antropologia, espetáculo e excelência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Tempo Brasileiro, 1993.
- CAVALCANTI, Maria Laura V. de C; VILHENA, Luiz R. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. *Estudos Históricos*, vol. 3, n. 5, p. 75-92, 1990.
- CAVIGNAC, Julie; OLIVEIRA, Luiz A. História e Antropologia nativas da alimentação no Brasil: notas biográficas a respeito de um antropólogo provinciano. *Imburana*, Revista do NCCENRG, n. 2, p. 63-75, 2010.
- CORRÊA, Mariza. *História da Antropologia no Brasil (1930-1960)*. São Paulo: Vértice; Editora dos Tribunais; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1987.
- CORRÊA, Mariza. *As reuniões brasileiras de Antropologia: Cinquenta Anos*. Brasília, DF: ABA, 2003.
- FOLCLORE e Educação. *A Ordem*, Natal, 03 mai. 1950, p. 4. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=764051&pasta=ano%20194&pesq=folclore&pagfis=19986>. Acesso em 15 dez 2020.
- GOMES, Angela de C.; HANSEN, Patrícia S. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 7-37.
- KUKLICK, Henrika. After Ishmael: the fieldwork tradition and its future. In: GUPTA, Akhil; FERGUSON, James (Org.). *Anthropological locations. Boundaries and grounds of a field science*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- MELO, Protásio P. de. *Vivi, o homem que sabia viver*. Natal: IFRN, 2018.
- MELO, Veríssimo de. Impressões sobre o Clube Internacional de Folclore. *Diário de Natal*, 14 de fevereiro, 1951.
- MELO, Veríssimo de. *Ensaio de Antropologia Brasileira*. Natal: Imprensa Universitária. 1973.
- MENEGHEL, Stela M.; ROBL, Fabiana; CASTRO, Alda M.D.A. Educação Superior no Rio Grande do Norte. 1991-2004. In: RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime (Orgs.). *Educação Superior Brasileira, 1991-2004*: Rio Grande do Norte. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
- MORAES, Marcos A. de. *Câmara Cascudo e Mário de Andrade: cartas 1924-1944*. São Paulo: Global, 2010.

MORAES, Marcos Antonio de. Mário de Andrade da Câmara Cascudo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 67, p. 249-254, mai/ago. 2017.

MOTTA, Antonio; BRANDÃO, Maria do C. O campo da antropologia e suas margens: a pesquisa e sua disseminação em diferentes instituições de ensino superior no Nordeste. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *O campo da Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Associação Brasileira de Antropologia, 2004.

NASCIMENTO, Francinaide de L.S. *A Escola Normal de Natal*. Natal: Editora da UFRN, 2018.

NASSER, Nássaro; NASSER, Elizabeth. Depoimento sobre o primeiro mestrado em Antropologia Social na UFRN. In: ECKERT, Cornélia; GODOI, Emília P. de. (Orgs.). *Homenagens. Associação Brasileira de Antropologia, 50 anos*. Blumenau: Nova Letra Gráfica e Editora/Associação Brasileira de Antropologia, 2006.

NEWTON Jr., Carlos. Breve histórico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. In: Carlos Newton Jr. et al. (Orgs.). *Portal da Memória: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 50 anos (1958-2008)*. Natal: Editora da UFRN, 2008.

REESINK, Mísia L.; CAMPOS, Roberta B. C. A geopolítica da Antropologia no Brasil. Ou como a província vem se submetendo ao leito de Procusto. In: SCOTT, Parry; CAMPOS, Roberta B.C.; PEREIRA, Fabiana (orgs.). *Rumos da Antropologia no Brasil e no mundo: geopolíticas disciplinares*. Recife: Editora da UFPE/ABA, 2014.

RODRIGUES, Andréa G. F. *Educar para o lar, educar para a vida: cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914-1945)*. Natal, 2007. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRN. 2007.

SALES NETO, Francisco F. *Luís Natal ou Câmara Cascudo: o autor da cidade e o espaço como autoria*. Natal, 2009. 181f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

SALES NETO, Francisco F.; BARROS, Ewerton W. S. Qual será nossa tarefa no Brasil? Instituições, Intelectuais e estudos folclóricos nos anos 1940. In: COSTA, Bruno B. A. da; FERNANDES, Saul E. (Orgs.) *Capítulos de história intelectual do Rio Grande do Norte*, Natal: IFRN, 2018, p. 127-162.

SANTOS, Raquel B. dos. *Antropologia, arqueologia e identidade no nascimento do Museu Câmara Cascudo (1960-1973)*. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). PPGMP/UniRio, 2013.

SILVA, Jacqueline Souza. *Instituto de Antropologia: um espaço para ciência no Rio Grande do Norte (1960-1973)*. Natal, 2014. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UFRN, 2014.

SOUZA, Marcelo Alves Dias de. Sobre Hélio Galvão. *Tribuna do Norte*. Natal, 19 de outubro de 2014. Disponível em <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/sobre-ha-lio-galva-o/296241>. Acesso em 27 de dezembro de 2020.

TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo L. (Orgs.). *O campo da Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Associação Brasileira de Antropologia, 2004.

VALLE, Carlos G. do. Apresentação - Etnicidade e mediação como política e cultura. In: \_\_\_\_\_. *Etnicidade e mediação*. São Paulo: Annablume, 2015.

VILHENA, Luiz R. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro, 1947-1964*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.